

Acta nº 4/2001

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e um, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividades e Situação Financeira da Autarquia;
2. Contribuição Autárquica;
3. Derrama;
4. Aumento de Tarifas, Taxas e Licenças;
5. Mérito Excepcional aos seguintes funcionários:
 - Maria Baía Afonso
 - Isabel Maria Silva Pereira
 - Arminda de Fátima Costa Martins
 - João Ribeiro Afonso
 - Maria Gorete Barroso Afonso
 - José Avelino Vaz do Souto
 - Maria João Afonso Alves
 - José António Alves
 - Carlos Manuel Botelho de Araújo
 - João Flambó Batista Carneiro
 - Adriano Antunes Macedo
 - José Pinto
 - João Afonso Mendes
 - Daniel Fernandes Rua Luis
 - João Luis da Silva Vieira Gonçalves
 - João Jaime Batista Ribeiro
 - António Pereira de Sousa
 - José Gonçalves Vieira
 - Manuel Pereira Rodrigues
 - António Gonçalves Pereira
 - Domingos Magalhães
 - Nuno Miguel Fernandes Gonçalves
 - António Manuel Seara Vaz
 - António José Pinto Vaz
 - Carlos Alberto Lage Lopes
 - Sérgio Fernando Moreira Vides
 - Abel Rodrigues da Costa
 - Domingos Sousa
 - Filipe Antunes Luis
 - Francisco António Morais Xavier

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os deputados Augusto Álvares Pereira de Medeiros, José Manuel Pinto Pedreira, Cândido Jorge Barroso Gonçalves, José Manuel Pereira de Carvalho, Domingos José dos Santos, António Gregório Azevedo Dias, João Batista Verde e Manuel Rodrigues dos Santos.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Foram postas à consideração as actas da sessão ordinária nº 3/2001 e da sessão extraordinária nº 2/2001, tendo a primeira merecido o seguinte reparo por parte do deputado Joaquim Leitão: “A acta só faz referência à minha intervenção, não refere que o Senhor Presidente da Câmara disse que foram gastos 10 mil contos na freguesia de Meixide”.

De imediato o Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que essa intervenção não está na acta porque não tinha sido isso que referiu na última sessão. Quem disse que tinham sido gastos 10 mil contos na freguesia de Meixide foi o Sr. Leitão.

A acta nº 3/2001 foi aprovada por maioria com um voto contra, do deputado Joaquim Leitão, e duas abstenções.

A acta nº 2/2001 foi aprovada por maioria com três abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou algumas informações sobre a correspondência recebida e leu uma carta dirigida à Assembleia por parte do funcionário José Avelino Vaz do Souto já que na sessão anterior tinha sido referido que ele ia à rádio fazer debates políticos dentro do horário de trabalho. A carta referia que o deputado ia efectivamente à rádio, mas em períodos de férias, e, para o provar, juntou cópia da licença de férias à carta que dirigiu à Assembleia. Disse ainda que não recebe lições de ética profissional por parte do deputado que mencionou o seu nome.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Francisco Freitas, Acácio Gonçalves, Manuel Duarte, Guilhermina Costa, Fernando Moura, António Ferreira, Joaquim Leitão, Amadeu Fortunas, Domingos Vasconcelos, José Coelho, António Azevedo, Fernando Calvão e Duarte Calhelha.

O deputado Francisco Freitas alertou os Presidentes de Junta para que apressassem a toponímia das aldeias, bem como os números de polícia, para que no dia 16 de Outubro tenha início a distribuição domiciliária.

O deputado Acácio Gonçalves pensa que o Governo não fez nada de extraordinário ao contabilizar 25% do tempo de mandato de Presidente da Junta para contagem do tempo para a reforma. Sabe que foi arrendado um espaço na Rua da Botica para o Espaço Internet e perguntou para quando está prevista a abertura. Disse ainda que há muito tempo que ouve falar em museus mas de concreto ainda não viu nada e que o museu do castelo mais parece a “obra de Santa Ingrácia”. Disse ainda que a Assembleia devia fazer uma visita à Quinta da Veiga para se inteirar de toda a situação que por lá se passa, tal como referem umas cartas que por aí andam espalhadas.

O deputado Manuel Duarte, Presidente da Junta da Chã, manifestou contentamento pela publicação das leis 86 e 87/2001 que dão regalias aos Presidentes de Junta já que estes têm muito trabalho. Elogiou os Bombeiros de Montalegre pelo desempenho que tiveram este ano e pela ajuda que prestaram durante o Verão às populações. Para finalizar, entregou o seguinte documento como sugestão:

“Elogiar os Bombeiros pelo extraordinário serviço que prestam às populações e que algumas vezes são mal reconhecidos.

Esse trabalho desinteressado a favor da comunidade e de quem precisa, e podemos precisar todos, é altamente meritório.

Ouvidos os ensejos das populações ribeirinhas, nomeadamente, troca de correspondência com a juventude socialista e depois de tudo isto quero sugerir ao Senhor Presidente da Câmara, como principal responsável da protecção civil e aos bombeiros de Montalegre, que envidem todos os esforços para a criação de uma equipa de salvamentos e resgate, tanto mais que sabemos que há pessoas de Montalegre habilitadas em técnicas de mergulho e salvamento.

Assim poderíamos acudir a acidentes nas nossas albufeiras, mas sobretudo diminuir a dor das famílias quando há algum afogamento e estamos muitas horas à espera de equipas vindas do Porto e de outros locais.”

A deputada Guilhermina Costa referiu que o Senhor Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia, disse que a deputada tinha mentido quando esta falou em 14 mil contos em despesas de representação. Para provar o contrário mostrou um documento que foi feito pelo Partido Social Democrata mediante as ordens de pagamento que a Câmara fornece e que foi entregue à população de Montalegre. Referiu ainda que o Presidente da Câmara não faz a mínima ideia de quanto se gasta em jantaradas e que se houve alguém que mentiu foi o Presidente da Câmara, como provam os documentos que apresentou. Relativamente à intervenção do deputado Acácio Gonçalves, disse que está inteiramente de acordo com ele e se há responsáveis devem ser punidos. Gostava que a Assembleia fosse ao Posto Experimental e visse o estado daquele espaço para que se pedisse à Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e ao Governo que atribua verbas para as coisas funcionarem como deve ser e para que o Eng^o Adelino possa fazer uma boa gestão. Referiu ainda que pensa que foi montada uma cabala contra o candidato do PSD. Ninguém sabia de onde vinham aquelas cartas, mas ficou surpreendida quando ouviu o Presidente da Câmara dizer na rádio que aquelas acusações eram verdadeiras. Perguntou como é que ele sabe que tudo aquilo é verdade.

O deputado Fernando Moura perguntou se os nomes das ruas das aldeias são postos pela Câmara ou pelas Juntas de Freguesia. Manifestou o seu desagrado ao verificar que a zona onde mora sempre se chamou Praça Moura e agora deram-lhe o nome de Rua Central.

O deputado António Ferreira, referindo-se a um artigo publicado no Jornal de Notícias sobre a visita do Dr. Durão Barroso a Montalegre, sugeriu que fosse dito quem são as pessoas que se sentem coagidas pelo Presidente da Câmara, nomeadamente funcionários da Câmara. Sobre as verbas atribuídas à Quinta da Veiga, disse que tem conhecimento que o seu responsável recebe três mil contos anuais para obras de conservação. Regozijou-se com a lei que veio para os Presidentes de Junta e lamenta que não seja extensiva aos membros da Assembleia Municipal. Terminou a sua intervenção, realçando as obras feitas no Bairro Albino Fidalgo e na Avenida da Noruega que já têm outro aspecto. Pediu que se fizessem as obras da derrocada do cemitério antes do inverno iniciar.

O deputado Joaquim Leitão falou de uma casa feita em pedra junto à pedreira de Meixide e perguntou quem é que autorizou a sua construção já que o terreno é baldio e só o Presidente da Junta devia ter autorizado. Referiu que é a favor da Pista Automóvel, só não é a favor do dinheiro que se lá gasta porque ouviu dizer que foi lá gasto muito dinheiro e andou lá um camião a fazer rali, tendo sido autorizado pelo Presidente da Câmara. Disse ainda que não se admite que nas ruas onde só passam ovelhas e vacas se ponha alcatrão e as ruas principais estejam todas sujas.

O deputado Amadeu Fortunas pediu que se arranjasse o estradão de Paradela a Lamas e apresentou o seguinte voto de pesar pelo falecimento do funcionário da Câmara, Miguel Branco Pires:

“O funcionário Miguel Branco Pires faleceu de forma trágica.

Tratava-se de um ex-autarca e de um funcionário da Câmara trabalhador e competente.

Esta Assembleia manifesta um voto de pesar pela sua morte.

Assina, Amadeu Afonso Fortunas.”

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Plano e Orçamento para 2001 rondou os seis milhões de contos. Quer que o Presidente da Câmara diga quais são as obras que estão feitas e as verbas que foram gastas. Disse ainda que a Câmara deve ter mais cuidado com o tapete que põe nas ruas porque muitas vezes até tojos vão juntos. O funcionário José Avelino provou que esteve na rádio e se não recebe lições referiu que também ele não está para lhas dar. Disse ainda que também não recebe lições dele, nem tão pouco do Partido Socialista. Sobre as acusações que são feitas ao Eng^o Adelino, parece-lhe que o Presidente da Câmara não está muito à vontade se não andava com manobras. Sobre a gestão da Zona Agrária, disse que os autarcas devem estar muito caladinhos porque a actual gestão da Câmara não é exemplo para ninguém.

O deputado José Coelho perguntou quando se iniciava a construção de um Jardim Infantil nos Pisões porque o espaço que existe actualmente é pequeno, não tem condições, nem segurança pois caiu o muro que estava a suportar a terra e as pedras. Pediu ainda que se fizesse o alargamento do cemitério de Parafita. Referindo-se à distribuição domiciliária do correio, disse que as pessoas na sua freguesia estão satisfeitas.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de freguesia de Fervidelas, perguntou quando é que é alcatroada a estrada de Pisões a Lamas e porque é que as obras no estradão de Paradela pararam.

O deputado Fernando Calvão disse que o PSD tem tentado fazer algum combate a alguns desperdícios que se fazem na Câmara. Perguntou qual o destino dos paralelos que estão a levantar das ruas da vila, já que ouviu dizer que estão ao abandono e outros a servir de entulho na zona da pista e no seu entender poderiam ser rentabilizados. A candidatura do PSD para as autárquicas está a deixar o PS preocupado. Admite-se que nesta altura o PS não goste da gestão do Posto Experimental. Relativamente ao comunicado que circula, é de manifesta má fé e cobardia, já que um indivíduo que se esconde atrás de um nome falso é indigno. Terminou a sua intervenção, afirmando que o

Dr. Durão Barroso é provavelmente o futuro Primeiro Ministro do país e conseguiu mexer com as pessoas.

O deputado Duarte Calhella pediu que a todos os elementos da Assembleia Municipal fosse atribuído um cartão de identificação. Sugeriu que a Câmara colocasse uma máquina de café self-service para os funcionários e utentes. Sabe que estamos em período eleitoral e ninguém se deve aproveitar politicamente desse facto. À deputada Guilhermina Costa disse que se há políticos com duas caras ela é um desses porque não teve a coragem de o enfrentar cara a cara e foi no dia seguinte para a rádio. Terminou, dizendo que quem devia ir a votos no dia 16 de Dezembro era a Dr^a Guilhermina Costa.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, pôs a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo deputado Amadeu Fortunas pela morte trágica do funcionário da Câmara e ex-autarca Miguel Branco Pires, o qual foi aprovado por unanimidade.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa disse que lamentava que os directores da Zona Agrária não viessem a Montalegre ver aquilo que se passa. Disse ainda que acha estranho que os envelopes que por aí circulam tivessem saído de Mirandela com documentos que foram roubados da Zona Agrária de Montalegre. Perguntou como é que não é feito aproveitamento político se estes envelopes apareceram em altura de campanha eleitoral, acusando o Eng^o Adelino. Sobre a intervenção do deputado Duarte Calhella, disse que este não é juiz, nem professor e que por isso não se sente avaliada. Ao deputado António Ferreira disse que se ouviu o discurso do Dr. Durão Barroso sabe que em momento algum ele tocou na cabala que fizeram ao Eng^o Adelino. Sobre a notícia que apareceu no jornal, foi porque, quando o Secretário Geral do PSD deu a volta pelas mesas para cumprimentar as pessoas, estas diziam: “o meu marido não está cá porque é funcionário da Câmara”; “o meu irmão não está cá porque lhe embargam a obra”.

O deputado António Ferreira referiu que a bancada do PS nada tem a ver com as fotocópias que por aí circulam contra o Eng^o Adelino. Afirmou que o Eng^o Adelino, até prova em contrário, é inocente; se for culpado, virá à Assembleia dizer que se tinha enganado. Cobardia demonstram aqueles que colocam panfletos durante a noite nos carros a dizer “o Presidente da Câmara é um bandido”.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes. Este iniciou a sua intervenção, pedindo a todos os Presidentes de Junta que avançassem com a toponímia das suas aldeias e, em relação aos nomes das ruas, disse que devia haver consenso e que o assunto fosse discutido nas Assembleias de Freguesia.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse se o Governo não fez nada de mais é porque já devia estar feito e esse é o maior elogio que se pode dar ao Governo. O espaço Internet é financiado em 75% pelo Governo, num custo total de 30 mil contos, e é um espaço que deve estar acessível a toda a gente e a todos os meios de comunicação. Sobre o Ecomuseu, disse que já existe o projecto-base aprovado na Câmara; estão a ser lançados os projectos específicos. Sobre as obras do castelo disse que as torres dentro e fora estão

quase prontas e no conjunto aquele espaço vai ficar bonito e agradável. O Ecomuseu está em andamento e já estão técnicos a trabalhar; conseguiu-se apoio dos programas comunitários para que as obras andem mais rápido. A obra do castelo é muito grande, a iluminação da zona histórica e os muros por trás do castelo também fazem parte da obra.

Elogiou a intervenção do deputado Manuel Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Chã, e acrescentou que se deve apoiar e estimular o trabalho desenvolvido pelos Bombeiros pois é um trabalho muito difícil. Sobre a criação de um corpo de mergulhadores no concelho, disse que não depende só da Câmara mas que iria tentar.

À deputada Guilhermina Costa disse que se quis vitimizar, martirizar a si e aos seus, inventando-se muito coisa e encontrando-se fantasmas em todo o lado. Sobre o medo dos funcionários da Câmara em participar no almoço do PSD, disse que não tiveram medo de votar no Dr. Pires. Disse ainda que a deputada elogiou o trabalho que fez o Sr. Cascais contra o Carvalho de Moura e o PSD há 12 anos atrás e isso só ajudou o PS a subir ao poder. Sobre as cartas referentes às obras da Quinta da Veiga, disse que o PSD parece estar mais preocupado em saber quem é que lançou a polémica do que apurar a verdade. Referiu que, quando se pronunciou sobre o assunto disse que as acusações eram verosímeis e não disse verdadeiras, mas agora, perante os documentos toda a gente pode ver a verdade porque a obra não existe lá.

Ao deputado Fernando Moura disse que, relativamente ao nome das ruas, como já tinha referido, deve haver consenso nas respectivas Assembleias de Freguesia.

Ao deputado António Ferreira disse que não há perigo de derrocada no cemitério e que o único problema que há é que este ano o Inverno durou 7 meses e com tanta água as terras deslizaram. Garantiu que muito em breve se vão garantir a estabilidade dos taludes e das terras do cemitério.

Ao deputado Joaquim Leitão disse que a pedreira está licenciada e pensa que quando falou da casa que se construiu lá próximo, será de um anexo para a pedreira. Referiu que, depois de qualquer prova na pista, há sempre a regularização do piso, mas são despesas de manutenção. Os arruamentos são feitos quando há oportunidade e se reparar fizeram-se mais arruamentos há três anos do que actualmente.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas disse que o estradão Paradela-Lamas tem de esperar porque a prioridade é para o alcatrão. O Inverno foi muito grande e não houve tempo para fazer tudo.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse-lhe que lançou um desafio interessante e inúmerou algumas das obras que a Câmara fez durante o presente mandato: Central de Camionagem; a estrada de Montalegre a Vilar que levou tapete novo; a estrada de Covelães a Pitões; a estrada de Pitões a Tourém; Loteamento Industrial de Salto; Loteamento Industrial de Montalegre; Casa do Capitão em Salto – a 1ª fase está concluída; Piscina; Castelo e zona envolvente; Arruamentos em Salto e toda a freguesia; Intervenções na água; Saneamento na Aldeia Nova, Meixedo e Cambezes; Saneamento nas aldeias do PNPG, Pitões etc.; estrada de Paradela; estrada de Serraquinhos, Ruas em Montalegre – Procom; Rotunda dos Bois; Rotunda da Pipela;

Ao deputado José Coelho disse que as crianças têm que estar em segurança e o projecto da Escola de Pisões está a ser concluído. Vai ser construído um edifício de raiz junto da Escola Primária actual. Sobre o alargamento dos cemitérios, disse que a Câmara tem de colaborar.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, disse que a estrada Paradela-Lamas é muito natural que não vá ser feita já mas, como está incluída no pacote da rede viária 4, será feita brevemente.

Ao deputado Fernando Calvão disse que devia dizer onde está o entulho do paralelo. Os presidentes de junta de Vila da Ponte, Montalegre e Mourilhe estão a fazer obras com o paralelo que está a ser levantado das ruas da vila.

Ao deputado Duarte Calhella disse que os cartões de identificação dos membros da Assembleia já existem. Quanto à máquina do café, pensa que não será muito viável já que é prática dos funcionários da Câmara perderem 5 minutos no café, o que não é significativo.

Inscreeveu-se para esclarecimentos a deputada Guilhermina Costa que disse que a gestão da autarquia é ruínosa e que a população é que é a vítima. O António Cascais fez o que considerou ser o melhor para o município e quando achou que o Carvalho de Moura não era uma pessoa útil para o concelho saiu. Perguntou se em Salto as pessoas se deslocavam de carroça porque, na intervenção do Presidente da Câmara, foi dito que se fizeram neste mandato todos os arruamentos. Disse ainda que não sabe como é que o Presidente da Câmara tem tanta certeza em afirmar que aquilo que consta nas cartas contra o Eng^o Adelino é verdade.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que achou de uma grande coragem, por parte da deputada Guilhermina Costa, afirmar com frontalidade que no PSD quando uma pessoa não serve apoia-se o adversário põe-se na rua, foi o que fez o Senhor António Cascais ao Prof^o Carvalho de Moura. Referiu ainda que não tinha dito que aquilo que vem nas cartas é verdade porque não o sabe. Aquilo que sabe é que as obras de que falam não foram feitas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividades e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, explicou a actividade e situação financeira da autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Presidente da Câmara esteve 15 ou 20 minutos a ler o documento e quem não souber até pensa que há muita obra feita mas quem sabe, e está atento, sabe que aquilo só são pequenas reparações. Sobre as obras no Bairro Albino Fidalgo, disse que arranjam a conduta da água e não tocaram no saneamento, depois de toda a gente saber que daqui a algum tempo vai ter que se rebentar o alcatrão para se fazer obras na rede de saneamento. Referiu que isso é

esbanjar dinheiro. Referiu que tinha vergonha de pôr no relatório pintura nas escolas quando os vizinhos de Boticas equiparam todas as escolas com computadores e linhas RDIS.

O deputado António Ferreira disse que se em Montalegre não há obras feitas então as que estão concluídas, as que estão em fase de conclusão e as que se vão iniciar são feitas pelos vizinhos de Boticas. Referiu ainda que gostava que fossem ao aterro sanitário e que passassem na Borralha para ver as obras que se estão lá a fazer e depois afirmassem que são obras pequenas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder e sobre os computadores e a linha Redis disse que há quem faça propaganda e há quem faça obra. O que estão a fazer em Boticas, estão a fazer em Montalegre. Não é um programa da Câmara de Boticas, é um programa do Governo Socialista. Disse ainda que a Câmara de Boticas é tão competente que pediu os computadores e agora não chegam para as escolas que tem. E disse que já que a deputada Guilhermina Costa gosta tanto do progresso de Boticas, devia consultar o INE e verificar que Boticas parece um local do terceiro mundo comparado com Montalegre tal é o índice de mortalidade infantil. O mesmo acontece com o poder de compra, com a riqueza e com o PIB.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Guilhermina Costa e Rogério Borrallheiro.

A deputada Guilhermina Costa disse que desconhece os dados do INE que o Presidente da Câmara referiu mas que por acaso conhece outros que não foram referidos. Disse ainda que o Presidente da Câmara devia preocupar-se com as escolas para que não chova na cabeça às crianças, que não têm recreio para brincar, nem há água quente. Sobre a comparação de Boticas a Montalegre disse que o PSD não compara os concelhos mas sim a gestão de cada um. Nunca ninguém negou que Montalegre é muito mais rico que Boticas mas, mesmo assim, Montalegre não tem os equipamentos que Boticas já tem. E os projectos do Parque de Exposições que estão afixados no átrio da Câmara só vão servir para enforcar o concelho.

O deputado Rogério Borrallheiro lamentou a referência do Presidente da Câmara ao conjunto de recursos entre Boticas e Montalegre porque os dois concelhos não são comparáveis; gostaria que o Presidente da Câmara reconhecesse que houve decréscimo da população em Montalegre, este é um movimento dos tempos, futuramente acredita que Montalegre será um concelho muito procurado. Alguns exemplos dados, como os depósitos bancários, não dependem da acção dos presidentes de Câmara; o Dr. Pires prometeu construir as piscinas há 12 anos e só agora foram construídas. As linhas RDIS e a instalação de computadores nas escolas dependem do governo, mas há concelhos que já têm esses instrumentos há mais de 2 anos e só agora vêm para Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que as piscinas em Boticas, com toda a celeridade, só ficaram prontas no final do ano passado. Toda a gente sabe os problemas que tivemos com a localização deste equipamento e houve alguma dificuldade em transferi-lo para outro terreno, mas as piscinas estão feitas e quase prontas a serem inauguradas. Disse ainda que se alguém queria comparar também a gestão da Câmara de Montalegre e Boticas ela está bem espelhada numa realidade: A

Conta de Gerência de Boticas apresenta despesas correntes de valor superior às receitas correntes – caso inédito de despesismo no país.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Contribuição Autárquica

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este assunto.

Inscreveu-se para intervir o deputado Rogério Borrallheiro que perguntou qual é o valor global da receita autárquica.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que são cerca de 80 mil contos de receita. A avaliação dos prédios rústicos foi feita, mas continua a ser muito baixa.

Deliberação: A proposta de aumento da Contribuição Autárquica foi aprovada por maioria com uma abstenção.

3. Derrama

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Rogério Borrallheiro que disse que existem vários mecanismos que as Câmaras usam para receber mais verbas. Contudo, pensa que é necessário algum cuidado porque a derrama pode afastar empresas que se queiram instalar no concelho.

Deliberação: A proposta de derrama foi aprovada por maioria com quatro abstenções e dois votos contra.

4. Aumento de Tarifas, Taxas e Licenças

O Senhor Presidente da Câmara explicou este ponto à Assembleia e propôs um aumento de 4% em todas as taxas.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta de aumento de Tarifas, Taxas e Licenças foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

5. Mérito Excepcional aos Funcionários

- **Maria Baía Afonso**
- **Isabel Maria Silva Pereira**
- **Arminda de Fátima Costa Martins**
- **João Ribeiro Afonso**
- **Maria Gorete Barroso Afonso**
- **José Avelino Vaz do Souto**
- **Maria João Afonso Alves**
- **José António Alves**

- **Carlos Manuel Botelho de Araújo**
- **João Flambó Batista Carneiro**
- **Adriano Antunes Macedo**
- **José Pinto**
- **João Afonso Mendes**
- **Daniel Fernandes Rua Luis**
- **João Luis da Silva Vieira Gonçalves**
- **João Jaime Batista Ribeiro**
- **António Pereira de Sousa**
- **José Gonçalves Vieira**
- **Manuel Pereira Rodrigues**
- **António Gonçalves Pereira**
- **Domingos Magalhães**
- **Nuno Miguel Fernandes Gonçalves**
- **António Manuel Seara Vaz**
- **António José Pinto Vaz**
- **Carlos Alberto Lage Lopes**
- **Sérgio Fernando Moreira Vides**
- **Abel Rodrigues da Costa**
- **Domingos Sousa**
- **Filipe Antunes Luis**
- **Francisco António Morais Xavier**

O Senhor Presidente da Câmara explicou este assunto à Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, António Ferreira e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que os méritos devem ser atribuídos por pessoas que conhecem os funcionários. Pessoalmente, disse que não tem conhecimentos para atribuir mérito ou não. Referiu que cada funcionário tem de desempenhar as funções da sua categoria e que tem uma lista de 50 funcionários que não recebem mérito há dez anos. Manifestou a sua intenção de voto, dizendo que iria votar em branco.

O deputado António Ferreira disse que conhece os funcionários todos e se não os conhecesse acreditava nos chefes de cada serviço e no Presidente da Câmara porque se estes funcionários não fossem bons e não merecessem não constavam da lista. Pensa que a atribuição de mérito aos funcionários referidos será uma forma de espicaçar os 50 funcionários de que falou a deputada Guilhermina Costa.

O deputado Joaquim Pires, pela experiência que adquiriu como Presidente da Câmara, sabe que há altos funcionários que deveriam receber mérito. Não deve existir receio na atribuição dos méritos porque quem merece deve ser promovido. Em seu entender, é pena que a Lei não permita que a Câmara possa despromover alguns funcionários.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que é verdade que há funcionários com pouco tempo de serviço que valem mais do que alguns bem mais velhos.

Deliberação: Os Mérito Excepcionais obtiveram a seguinte votação:

Maria Baía Afonso, aprovado por maioria com cinquenta e quatro votos a favor, seis votos brancos e um contra;

Isabel Maria Silva Pereira, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Arminda de Fátima Costa Martins, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

João Ribeiro Afonso, aprovado por maioria com cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um nulo;

Maria Gorete Barroso Afonso, aprovado por maioria com cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

José Avelino Vaz do Souto, aprovado por maioria com cinquenta votos a favor, sete votos brancos e quatro votos contra;

Maria João Afonso Alves, aprovado por maioria com cinquenta e quatro votos a favor, seis votos brancos e um contra;

José António Alves, aprovado por maioria com cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

Carlos Manuel Botelho de Araújo, aprovado por maioria com cinquenta e dois votos a favor, 8 votos brancos e um contra;

João Flambó Batista Carneiro, aprovado por maioria com cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Adriano Antunes Macedo, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

José Pinto, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

João Afonso Mendes, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Daniel Fernandes Rua Luis, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

João Luis da Silva Vieira Gonçalves, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

João Jaime Batista Ribeiro, aprovado cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

António Pereira de Sousa, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

José Gonçalves Vieira, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Manuel Pereira Rodrigues, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

António Gonçalves Pereira, aprovado cinquenta e dois votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Domingos Magalhães, aprovado cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, aprovado cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

António Manuel Seara Vaz, aprovado cinquenta e três votos a favor, sete votos brancos e um contra;

António José Pinto Vaz, aprovado cinquenta e um votos a favor, nove votos brancos e um contra;

Carlos Alberto Lage Lopes, aprovado cinquenta e um votos a favor, nove votos brancos e um contra;

Sérgio Fernando Moreira Vides, aprovado cinquenta e um votos a favor, nove votos brancos e um contra;

Abel Rodrigues da Costa, aprovado por maioria com cinquenta e um votos a favor, oito votos brancos e dois contra;

Domingos Sousa, aprovado cinquenta e um votos a favor, nove votos brancos e um contra;

Filipe Antunes Luis, aprovado cinquenta e um votos a favor, oito votos brancos e um contra;

Francisco António Morais Xavier, aprovado por maioria com cinquenta e dois votos a favor, sete votos brancos e dois contra.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir. De seguida, foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta a discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia, por não haver nada mais a tratar, encerrou a sessão.

No prazo legal justificam as faltas os senhores Cândido Jorge Barroso Gonçalves, José Manuel Pereira de Carvalho, Domingos José dos Santos, António Gregório Azevedo Dias, João Batista Verde e Manuel Rodrigues dos Santos.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário